

# **Percursos e fronteiras da pesquisa em uma região transfronteiriça: entrevista com Carlos Zárate Botía, Universidade Nacional da Colômbia -- Sede Amazônia**

**José Lindomar C. Albuquerque**

Universidade Federal de São Paulo

joselindomar74@gmail.com

**Luiz Fábio Paiva**

Universidade Federal do Ceará

luizfabiopaiva@gmail.com

## **Apresentação**

Carlos G. Zárate Botía é um cientista social colombiano bastante reconhecido na área de estudos de fronteira na América Latina. Com formação interdisciplinar, fez mestrado em Ciências Sociais pela Facultad Latino Americana en Ciencias Sociales (FLACSO) (Equador) e se doutorou em História pela Universidade Nacional da Colômbia, onde atualmente é pesquisador e professor, lecionando na Sede Amazônia, em Letícia. A experiência de pesquisar, trabalhar e viver na região da tríplice fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru lhe forneceu

um olhar apurado para situações problemáticas que observa bem de perto e com uma refinada mirada interdisciplinar e histórica.

É coordenador e investigador do Grupo de Estudios Transfronterizos (GET), vinculado ao Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI) da Universidad Nacional de Colombia. O instituto, criado em 1995, congrega pesquisadores comprometidos na realização de estudos interdisciplinares da região amazônica de caráter interinstitucional e internacional, com o compromisso de conhecimento e defesa do patrimônio sociocultural da região e da integração transfronteiriça. O IMANI, também, tem compromisso com a extensão acadêmica e promove eventos que possibilitam a aproximação e o diálogo entre instituições universitárias da Colômbia, Peru e Brasil. A atuação deste pesquisador é motivada por uma compreensão que problematiza as barreiras nacionais e estatais na abordagem da fronteira, possibilitando a emergência de estudos que são transfronteiriços em sua concepção, metodologia e desenvolvimento. Essa perspectiva está presente em suas atividades de pesquisa, extensão e ensino nessa região heterogênea e complexa entre três Estados nacionais e diversos grupos étnicos.

A entrevista com o professor Carlos Zárate é resultado de vários diálogos e encontros que envolvem, entre outras atividades, ações desenvolvidas no âmbito do projeto *(In)segurança na Fronteira: uma abordagem sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)*, desenvolvido em parceria pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, Observatório da Violência de Gênero da Universidade Federal do Amazonas e Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Fronteira (LIMINAR), da Universidade Federal de São Paulo. Tivemos a oportunidade de conversar com Zárate Botía e outros integrantes do IMANI na fronteira, além

de encontros com o mesmo em Boa Vista (Roraima); em Fortaleza (Ceará), em virtude da sua participação no V Seminário Internacional Conflitos Sociais e Violência; e em Corumbá (Mato Grosso do Sul), no VI Seminário de Estudos Fronteiriços.

Esses momentos de trocas, aliados a uma leitura atenta de sua obra, possibilitaram inquietações que se transformaram em questões que fundamentaram essa entrevista. Em virtude das condições de logística e as impossibilidades de uma comunicação mais fluída pela internet, solicitamos a Carlos Zárate suas considerações mediante respostas a um roteiro de entrevista enviado por escrito. Se perdemos na possibilidade de interlocução presencial, as respostas por escrito permitiram uma reflexão interessante e cuidadosa a respeito da questão central desse empreendimento, saber do pesquisador o que significa dedicar tempo e disposição para compreensão de realidades transfronteiriças entre territórios nacionais, na floresta amazônica.

Pensar a fronteira envolve variadas maneiras de encontrar e se encontrar na fronteira, olhando-a de distintos pontos de vista que privilegiam suas territorialidades, relações e histórias, o que pressupõe escutar as pessoas que vivem na fronteira e lhes oferecer ferramentas de conhecimento e transformação. Entre as múltiplas possibilidades de investigação, Carlos Zárate escolheu um caminho interdisciplinar que, agregando múltiplos conhecimentos das ciências sociais e humanas, permite olhar para fronteira como uma sociedade transfronteiriça situada entre Estados nacionais e constituída por distintas dinâmicas e escalas de diferenciação e interconexão.

Além de um estudioso da fronteira, o pesquisador colombiano destaca-se pelo cuidado e dedicação ao estudo de um território situado na maior floresta tropical do mundo e construído não apenas por realidades nacionais distintas, mas por realidade étnicas e culturais que

envolvem os encontros e desencontros entre populações ocidentais e ocidentalizadas com populações indígenas e seus modos de vida, concepções de mundo e situações de conflito com diversos agentes econômicos e políticos das frentes de expansão e do Estado. Essas características tornam a tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil um lugar de conflitualidades e sociabilidades que este pesquisador estuda desde os seus registros históricos, analisando os acontecimentos e movimentos que permitiram esta zona de contato de diferentes comunidades políticas e morais no processo de formação de uma peculiar comunidade transfronteiriça e amazônica.

A publicação dessa entrevista em um dossiê sobre fronteiras em uma revista brasileira visa construir um espaço de interlocução com intelectuais e estudantes de outros países da América Latina que têm realizado múltiplas pesquisas de campo e teorizado sobre as realidades transfronteiriças. Além disso, a publicação da entrevista em língua espanhola também objetiva efetivar uma abertura transfronteiriça para o idioma oficial da maioria dos Estados nacionais que faz fronteira com o Brasil.

**Entrevistadores:** *Para iniciar nuestra conversación, deseáramos que usted contase un poco sobre su formación universitaria y cómo el tema de la frontera apareció en su recorrido académico.*

**Carlos Zárate:** Mis primeros contactos con la región amazónica y con sus fronteras están relacionados directamente con el inicio de mi formación de posgrado en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, donde cursé la Maestría en Ciencias Sociales con mención en Estudios Amazónicos, luego de haber terminado los estudios de pregrado de sociología de la Universidad Nacional de Colombia, por allá en el año de 1986. Por estos años, las preocupaciones por el medio ambiente y el movimiento ambientalista, empezaban a

permea fuertemente el ambiente académico tanto en las disciplinas naturales como en las llamadas ciencias sociales.

Unos años más tarde, a mediados de la década de los 90, Guillermo Páramo Rocha, un antropólogo visionario entonces Rector de la Universidad Nacional, sentó las bases de la que se ha conocido como política de fronteras de la Universidad Nacional al crear las llamadas sedes o *campus de frontera* en las distintas regiones del país, esto es: Leticia en la Amazonia, Arauca en la Orinoquia, la Isla de San Andrés en la región Caribe y Tumaco en el océano Pacífico. Esta política se plasmó en un documento CONPES<sup>1</sup> del Departamento Nacional de Planeación que se denominó “*conformación de comunidades académicas locales en las regiones de integración fronteriza*” que de alguna manera fue paralela a la aprobación de la ley 191 o Ley de Fronteras del mismo año de 1995. Finalmente, mientras que la ley de fronteras se quedó en letra muerta, la Universidad Nacional, a pesar de una serie de limitaciones y falta de recursos, puso en marcha un proceso para llevar la educación pública universitaria y la investigación científica a los confines de la nación. Así nació el Instituto Amazónico de Investigaciones, IMANI el mismo año de 1995 y posteriormente los demás institutos y sedes de frontera.

La creación de las sedes de frontera y en particular la sede Leticia, que desde 2005 se denomina sede Amazonia, fue un factor determinante, aunque no suficiente, para explicar el inicio de mi interés personal en el conocimiento de la realidad fronteriza y luego el impulso dado a lo que podríamos denominar estudios de frontera en la Amazonia colombiana. En los primeros años de su existencia, que coincidían con el último lustro del siglo pasado, cuando se vincularon los primeros docentes-investigadores, entre los que yo me encontraba, la Uni-

---

1. Consejo Nacional de Política Económica y Social (1995).

versidad Nacional, la sede y el IMANI estaban ubicados en la frontera amazónica pero, paradójicamente, no estudiaban la frontera. La frontera como objeto de estudio propio y específico, no solo como lugar donde se adelantaba investigación y docencia universitaria, empezó a emerger hacia 1998, cuando se publicó en el *Journal de la Société des Americanistes* el artículo “Movilidad y permanencia ticuna en la frontera amazónica colonial del siglo XVIII”. Por esos mismos años se empezó a constituir el primer grupo de estudios fronterizos, que tuvo una vida corta y discreta, pero que andando el tiempo dio origen y se transformó en el actual Grupo de Estudios Transfronterizos, GET. Este grupo es producto del trabajo colectivo y el diálogo de politólogos, antropólogos y geógrafos, entre quienes destacan algunos de sus miembros fundadores como Jorge Aponte, Nicolás Victorino y más recientemente Ángela López<sup>2</sup>.

**Entrevistadores:** *Cómo surgió la perspectiva de los estudios transfronterizos y ¿Cuáles fueron sus principales influencias y diálogos teóricos en este camino de formación e investigación?*

**Carlos Zárate:** Como se puede derivar del comentario previo, las primeras publicaciones personales y luego del grupo, ya incorporaban perspectivas antropológicas e históricas a las que sin duda contribuyó mi formación de maestría en estudios amazónicos en Flacso Ecuador, con el legado de algunos de los más reconocidos antropólogos amazonólogos que fueron mis profesores<sup>3</sup> y luego la del doctorado en historia en la Universidad Nacional en Bogotá. La preocupación por la formación del Estado-nación y la demarcación de las fronteras

---

2. La lista es larga y no incluye las relaciones con otros grupos e investigadores del IMANI y la Universidad Nacional o los “imperceptibles” contactos y comunicaciones con colegas brasileros y mexicanos, entre otros.

3. Puedo recordar a Fernando Santos Granero, Frederica Barclay, Roberto Pineda Camacho o Blanca Muratorio, entre otros.

encuentran, de alguna manera, su conexión con mi formación original de sociólogo.

Como sucede frecuentemente en cualquier campo del conocimiento, en la investigación sobre la frontera amazónica fue inevitable resultar afectado, al menos parcialmente, por lo que se conoce como el complejo de Adán, o sea, la ingenua creencia de que uno es la primera persona que analiza o investiga el asunto de la frontera amazónica. Después de las primeras revisiones de bibliografía y documentos, la situación cambió y aunque era un poco confusa ya no era la misma del comienzo. Por una parte, con pocas excepciones desde la historia y la geografía, como los estudios realizados por Ferreira Reis para el periodo colonial y los relatos de las comisiones de límites, no se encontraron estudios sobre esta frontera que dieran cuenta de algo así como una perspectiva fronteriza propiamente dicha o algo que se le pareciese, con la salvedad de que tampoco se tenía mayor claridad de que teorías, conceptos o enfoques podían encuadrarse o entenderse como tales, más allá de acercamientos disciplinares convencionales. En contraste, la historiografía y la masa documental sobre la frontera o sobre el río Amazonas donde ella se inscribe era tal que no es difícil pensar que esta es una de las regiones de América donde existe mayor información, desde el momento del descubrimiento de la desembocadura del Amazonas por 1500, hasta la actualidad. Toda la épica de las hazañas y fechorías de los primeros conquistadores y exploradores, desde Diogo Nunes, Francisco de Orellana, Lope de Aguirre y Pedro Texeira pasando por las más importantes gestas misioneras de los jesuitas, como Joao Daniel, Nobrega o Samuel Fritz y por las exploraciones científicas de los siglos XVIII y XIX, hasta las modernas expediciones e investigaciones contemporáneas, han sido documentadas, publicadas y vueltas a publicar. La gran mayoría de ellas contie-

nen relatos o se refieren directamente a la región del Alto Solimões o Amazonas, donde hoy se ubica el Trapecio Amazónico.

En este momento, una conclusión implícita, que nunca se hizo manifiesta, solo hasta ahora, era que existía un gran acervo de evidencia y registro histórico documental sobre esta frontera, pero que no existían explicaciones e interpretaciones satisfactorias que dieran cuenta de ella desde las actuales ciencias sociales. Esto, de un modo ciertamente intuitivo al comienzo, me impulsó a intentar hacer una relectura de las fuentes existentes, primero coloniales y luego republicanas, haciendo énfasis en lo que entendía simplemente como hechos o fenómenos fronterizos. Tal vez por eso no es extraño que buena parte de las investigaciones y publicaciones siguen cierto orden cronológico, desde fines de la época colonial hasta la actualidad.

También es pertinente anotar que solo hasta los primeros años de la década inicial de este siglo, en medio del proceso de formación doctoral, pude contar con los instrumentos conceptuales y teóricos que percibía como los más adecuados para el análisis de las fronteras, en general y de ésta frontera en particular, en un campo que, aun de manera provisional, entendía como de “estudios fronterizos”. Estos elementos empezaron a llegar de la mano de la lectura, entre otras, de la compilación realizada por Alejandro Grimson y publicada en 2000 por la editorial Ciccus-La Crujia *fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Creo que esta lectura me permitió abrir el camino y me puso en contacto con trabajos que se pueden considerar pioneros de los estudios fronterizos al final del pasado siglo y que corren paralelos o inmediatamente posteriores a la caída del muro de Berlín en 1989. Por nombrar algunos puedo citar a D. Hastings y T. Wilson (1998), Peter Sahlins (1989) o Olivier Kramsch en años más recientes (2017), así como académicos que abordaron, desde diferen-



tes perspectivas disciplinares, el estudio de la frontera más emblemática de toda América, la que existe entre México y los Estados Unidos. A partir de allí, las lecturas se amplían y se pierden a través de los bordes disciplinares cada vez más difusos e imperceptibles de la antropología, la sociología, la historia y la geografía<sup>4</sup>, no solo las de origen europeo sino también las elaboradas y pensadas en Latinoamérica y la misma región amazónica<sup>5</sup>, como para corroborar la imposibilidad de abordar el estudio y el análisis de una problemática tan compleja y abigarrada como la de la frontera, desde perspectivas disciplinares o exclusivamente desde los centros de pensamiento “occidentales”.

**Entrevistadores:** *En su libro *Silvícolas, siringueros y agentes estatales* hay una preocupación con el proceso de larga duración en la formación de la región transfronteriza. ¿Cuál es la relevancia de pensar la frontera como proceso histórico?*

**Carlos Zárate:** Esto tiene que ver con la idea de que las fronteras como lugar de encuentro-separación no solo son un producto histórico sino que además, a pesar de sus cambios, persisten a lo largo de la historia humana. Siempre ha habido y seguramente siempre habrá fronteras: fronteras entre los pueblos, fronteras entre los imperios y fronteras entre los Estado-nación, entre otras.

A propósito, el énfasis en esta percepción tiene el objeto de tomar distancia con ciertas posturas, bien conocidas, que propugnan o pronostican el fin de la historia, el fin del Estado-nación y por tanto, el fin de las fronteras. Sin desconocer lo que significa el actual proceso de globalización para desdibujar o incluso borrar algunos aspectos

---

4. Son ejemplos R. Sack y T. Flint desde la geografía; A. Smith y E. Hobsbawm desde la historia; A. Giddens y B. Anderson desde la sociología y los ya mencionados desde la antropología.

5. Esto se puede ver en los trabajos de G. Canclini; Orlando Fals Borda; el mismo A. Grimson o Roberto Cardoso de Oliveira.

de los regímenes fronterizos actuales, es imposible dejar de constatar, por ejemplo, cuando miramos el caso de los Estados Unidos y el muro que pretende construir su aparentemente indefinible y locuaz presidente, que la figura del Estado-nación, al menos por un tiempo indeterminado, continua siendo el principal recipiente de poder del mundo actual, como dijo Anthony Giddens hace poco más de dos décadas. En años más recientes otro sociólogo, Zygmunt Bauman, ha mencionado que con el *capitalismo líquido* también sus fronteras se estarían diluyendo, aunque este mismo autor advierte que hay que cuidarse de generalizaciones, como la de pensar que el mundo entero está entrando en una era postindustrial<sup>6</sup>. A despecho de sus contradictores y posiblemente de él mismo, sin desconocer sus indudables aportes, se podría pensar que su *capitalismo líquido* no es más que un tipo ideal, en el sentido weberiano, imposible de encontrar en la realidad incluso en la Europa que él analiza.

Intentando reflexionar desde la frontera amazónica, tanto desde una perspectiva histórica como sociológica, en comparación con Europa, no es difícil advertir que estamos frente a un proceso indudablemente global y de larga duración, pero que tiene sus propias manifestaciones y articulaciones, digamos nacionales y regionales. De algún modo, desde una mirada que podemos ubicar, sin mayores pretensiones analíticas dentro de las llamadas epistemologías del sur<sup>7</sup>, la frontera amazónica hasta el siglo XVIII, no fue otra cosa sino la extensión y expansión de la frontera europea, que se fragmentó, se retrajo y reacomodó con el traumático y casi siempre lento advenimiento de los Estados-nación suramericanos. Las fronteras que empezaron a

---

6. Zygmunt Bauman. *Sobre la educación em un mundo líquido*. Barcelona: Espasa, 2013, p, 57.

7. Véase, Boaventura de Sousa Santos y María Paula Meneses (eds). *Epistemologías del sur (perspectivas)*. Madrid: Akal, 2014.

surgir desde ese momento en la Amazonia ya no eran las mismas del régimen colonial, empero continuaron y aún continúan, dos siglos después, guardando algunos de los rasgos y las marcas de las primeras.

Después del surgimiento y de la invención de la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú, que se demarcó con la puesta en marcha del tratado de límites entre Colombia y Perú en 1930, ocho años después de su firma en 1922, proceso que se relata detalladamente en un trabajo próximo a publicarse<sup>8</sup>, podemos afirmar que el proceso de constitución de nuestras fronteras, paradójicamente, aún está por consolidarse, así como lo están nuestros aun relativamente endebles Estados-nación. Paradójicamente, porque mientras se habla cada vez más de integración fronteriza, aun no existen entidades territoriales nacionales sólidas en la Amazonia, al menos por el lado colombiano, que se puedan integrar. No faltará quien diga que para que haya integración fronteriza entre nuestros países no es necesario que existan dichas entidades, pero esto es una discusión que no pretendemos dar aquí.

**Entrevistadores:** *En su trabajo es evidente el diálogo entre sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores, cientistas políticos, entre otros. ¿Cómo usted piensa la perspectiva interdisciplinar o transdisciplinar en los estudios transfronterizos y cuál la importancia de eso para la comprensión de la complejidad de la frontera?*

**Carlos Zárate:** Como podemos ver, en esta pregunta está contenida la respuesta. No es posible abordar el conocimiento de una realidad compleja como la frontera desde una perspectiva disciplinar y, como sabemos, eso es válido no solo para la frontera. Eso es fácil entenderlo pero no es tan fácil ponerlo en práctica ya que, en

---

8. C. Zárate. *Amazonia 1900-1940: el conflicto, la guerra y la invención de la frontera* (En edición).

cierto sentido, a nuestras disciplinas sociales interesadas en conocer lo que sucede en la frontera les pasa lo que a nuestras fronteras están débilmente constituidas y muy poco interconectadas, sobre todo en lo que a los estudios fronterizos compete. Además, con otra analogía, se puede entender que las fronteras, no solo las amazónicas, continúan siendo marginales y de poca importancia para los centros de poder nacionales pero también para los centros de pensamiento, la academia en general y las disciplinas sociales y humanas. Esto contiene una dificultad adicional: además de las fronteras entre las disciplinas, el estudio del medio transfronterizo choca con las normas, los establecimientos y las instituciones que aún continúan constreñidos por los contenedores nacionales a que aludimos anteriormente.

A diferencia de las inexistentes entidades territoriales necesarias para una eventual integración fronteriza, por lo menos en el caso colombiano, no creemos necesario que las distintas disciplinas (sociología, antropología, historia, geografía o ciencia política) se consoliden por separado, en cada país y a cada lado de la frontera. Tampoco necesitamos replicar ni transitar la experiencia de las ciencias sociales en las fronteras de Europa, o en las de México con los Estados Unidos, pero sí aprender los ejemplos y los sentidos en que ellas trabajan juntas.

Como sea, no podemos olvidar que los estudios fronterizos en nuestros países y en particular en el medio amazónico son incipientes y marginales, como ya se dijo; continúan fragmentados en las distintas disciplinas o en los contenedores institucionales nacionales o federales, además de que sufren solidariamente las penurias financieras, impuestas deliberadamente a las fronteras, por las indolentes elites nacionales. Esta es la base sobre la cual debemos partir y afortunadamente sabemos los muros que hay que derribar, sobre todo si insisti-

mos en encontrar los elementos comunes que constituyen toda frontera, más allá de los simplemente divisorios. Uno de esos elementos, de la mayor importancia aunque casi siempre pasa desapercibido o es menospreciado y subvalorado por los establecimientos nacionales y por la academia misma, es el hecho de que la vida y la cotidianidad de los pobladores de la frontera se han sabido constituir y se reproducen a diario con o contra ella. Todavía sabemos muy poco acerca del sentido en que esto sucede, de lo que significa y de las oportunidades que la frontera brinda para la misma población fronteriza. Abordar interdisciplinariamente la frontera pero también dar herramientas a la gente que vive en ella para su mejor conocimiento y transformación, debe ser uno de los retos de los investigadores y las entidades académicas que operan en la frontera o se interesan por ella.

**Entrevistadores:** *Usted ha investigado una variedad de temas relacionados con la frontera y el espacio amazónico. En sus trabajos publicados destacamos sus estudios sobre la extracción de quina, el surgimiento de una sociedad transfronteriza en Amazonia, las ciudades pares, las movilidades y permanencia Ticuna, el Estado en la frontera, frentes extractivos y fronteras en Amazonia, además de una reflexión sobre las dimensiones políticas de la ecología amazónica en el área transfronteriza, entre otros temas. Al llevar en cuenta este acúmulo de estudios sobre variados temas constitutivos de la triple frontera, ¿cuáles son los resultados de sus investigaciones que usted destacaría como siendo fundamentales para la comprensión de la región desde la perspectiva de las Ciencias Sociales?*

**Carlos Zárate:** En términos generales, estos trabajos tal vez podrían tener la pretensión de brindar un contexto interpretativo desde la historia o la sociología y en menor medida la antropología y la geografía, del proceso de invención de la frontera amazónica, con énfasis

en la zona de encuentro de Brasil, Colombia y Perú. En relación con trabajos disciplinares de otros autores, siempre ha habido una preocupación por atravesar la línea de las fronteras nacionales de Colombia y tratar de ver las cosas desde él o los otros lados de la frontera. Este objetivo se ha logrado parcialmente, lo cual no es difícil de advertir, dado precisamente el lugar desde donde se ha generado y obtenido la mayor parte de la información, esto es el lado colombiano de la frontera, defecto que se ha subsanado relativamente bien por la cercanía de las fuentes brasileras y peruanas, adecuadas y satisfactorias para un estudio histórico y sociológico panorámico como el que considero se ha hecho hasta ahora. Como indique anteriormente aun hacen falta estudios en profundidad, histórico-sociales y contemporáneos sobre el sentido, el significado, las estrategias y los modos en que los pueblos, o al menos algunos de ellos, habitan, perciben, representan, moldean, subvierten o inventan cotidianamente, sin proponérselo o deliberadamente, la frontera donde viven.

**Entrevistadores:** *Usted es un investigador que vive en una zona transfronteriza y al mismo tiempo mira la frontera a la luz de la historia y considerando los problemas políticos y económicos que están en la confluencia de tres estados nacionales. ¿Cuáles son las cuestiones metodológicas que están involucradas en su proceso de investigación?*

**Carlos Zárate:** Vivir en la frontera supone ciertas ventajas locales que se reflejan en una relativa facilidad para acceder al material empírico y también a los sujetos y agentes de la sociedad fronteriza. En términos de las ciencias sociales esto significa vivir en el lugar donde se hace campo y donde está la mayor parte de la información primaria. Esto puede tener mayor validez en estudios contemporáneos o actuales y menor importancia relativa en abordajes históricos,

como son en buena medida los que hemos emprendido hasta ahora.

No obstante, como se indicó al comienzo de esta entrevista existe un abundante acervo documental publicado que incluye las expediciones de conquista, las crónicas misioneras y las expediciones científicas de los viajeros que surcaron el Amazonas en los siglos XVIII y XIX. Curiosamente, la historiografía publicada no se encuentra, o no se encontraba en la frontera sino hasta hace relativamente dos o tres décadas cuando se establecieron, al menos en el lado colombiano, las instituciones universitarias y los centros de investigación, tal vez con la excepción de la biblioteca del Banco de la Republica en Leticia, que cuenta con una pequeña sala amazónica. La información relativa a las fronteras de Brasil y Perú, en esos siglos, aún hay que buscarla en Manaus o en Iquitos, dando por descontado que la mayor parte de los archivos y documentos sobre la Amazonia, se encuentran en Belém do Pará o Rio de Janeiro.

Paradójicamente, los procesos de demarcación y delimitación nacional del espacio amazónico, que se perfeccionaron en las primeras décadas del siglo pasado, significaron, no solo la consolidación de la fragmentación nacional en la producción de conocimiento sobre la frontera, sino una mayor centralización, no solo de los archivos, sino de los productos y resultados de dicho conocimiento en las capitales, como Bogotá o Lima, o en las ciudades brasileras ya mencionadas. Tal es el caso de los archivos de las comisiones y expediciones de límites o de la documentación primaria de las entidades territoriales, sobre todo en Perú y Colombia. Esto sin desconocer el efecto de la organización federal de la Amazonia brasileras, que en el caso del Estado Amazonas ha significado la consolidación y la organización de archivos, centros de documentación y bibliotecas en Manaus.

Una de las principales dificultades de la mayor parte de las fuentes

hasta ahora mencionadas, con pocas excepciones, es que representan y corresponden a las visiones, las acciones y las representaciones de las sociedades, los agentes y las instituciones coloniales o republicanas ajenas o impuestas y en todo caso, externas a la región amazónica y a las áreas fronterizas. Las sociedades fronterizas, ribereñas e indígenas continuaron invisibles y, en el mejor de los casos, representadas de manera distorsionada, estereotipada o mediada por dichas entidades y agentes externos. Tal era el caso incluso de los miles de testimonios recogidos entre la población nativa por los agentes estatales y consulares que emprendieron las mundialmente conocidas investigaciones sobre las condiciones de trabajo y el aniquilamiento de los pueblos que habitaban la frontera entre Colombia y Perú y otras partes de la Amazonia a comienzos del siglo XIX a manos de las empresas y los patrones caucheros.

La posibilidad de recuperar la historia y la memoria de los pueblos de la frontera, así como sus percepciones y representaciones espaciales, a partir de la tradición oral y del mapeamiento social, son algo mucho más reciente, por eso las últimas investigaciones y trabajos publicados, como el “Perfil de una región transfronteriza”, incorporan los testimonios sobre trayectorias vitales de muchos de los pobladores de la frontera de Brasil, Colombia y Perú, al igual que ponen a prueba metodologías de mapeamiento colectivo para reconstruir sus representaciones espaciales fronterizas y sus aspiraciones territoriales.

Con todo, el uso de estas metodologías, no pretende desconocer el hecho de que las mismas sociedades nativas y sus descendientes deben ser las responsables de su propia historia y sus propias representaciones. Una de las maneras para lograr esto, seguramente no la única, es facilitar y garantizar la formación avanzada de profesionales e investigadores oriundos de la región y la frontera, comprometidos



con ellas. Los últimos proyectos de grupos de investigación como el Grupo de Estudios Transfronterizos y las más recientes publicaciones empiezan a tener ese sello. Esta es otra de las ventajas locacionales de tener una Universidad pública y hacer investigación en la frontera.

**Entrevistadores:** *Nuestra experiencia de investigación en la triple frontera ha demostrado cuán difícil es realizar trabajo de campo en la región con diversos problemas relacionados a la movilidad, la comunicación, infraestructuras y asistencia a la salud. ¿Cómo usted evalúa estas condiciones objetivas de la producción del conocimiento en la triple frontera y cuál el rol que tiene la Universidad Nacional de Colombia en la concreción de trabajos de investigación en la región?*

**Carlos Zárate:** Las ventajas locacionales enunciadas en la respuesta a la pregunta anterior no deben hacernos olvidar las dificultades que encarna la condición fronteriza relativas a su carácter periférico con relación a los centros de poder no solo nacionales, sino también regionales o federales, en el caso brasilero. La persistencia del aislamiento, la escasa y cuando más incoherente presencia estatal, así como la marginalidad, el poco o nulo acceso a los servicios estatales o la baja cobertura y mala calidad de los servicios de salud y educación, son algo ya conocido y continúan sin que se vislumbre alguna solución desde la región o desde el Estado central.

La debilidad institucional, la carencia de recursos y la desatención estatal también afectan a instituciones como la Universidad Nacional, por razones conocidas relacionadas con la falta de importancia que la educación superior pública tiene para el Estado y las elites que lo usufructúan y manejan. En términos de la producción de conocimiento, esto se refleja en una limitada capacidad en infraestructura, recursos y talento humano para adelantar programas académicos e investigativos de mayor aliento y cobertura. Un dato comparativo nos sirve para

ilustrar lo anterior: la sede Amazonia de la Universidad Nacional y su Instituto Amazónico de Investigaciones cuenta con una planta de docentes que es más pequeña que cualquier unidad académica o departamento (historia, sociología o antropología) pequeño de las llamadas sedes andinas. No obstante esto y a pesar de todas las dificultades, la sede Amazonia y el IMANI se las arreglan para sostener una cantidad muy significativa de programas académicos de pregrado en sus primeros niveles, un programa de posgrado en maestría y doctorado en estudios Amazónicos y ocho grupos de investigación reconocidos y escalafonados, según estándares internacionales, por Colciencias, la entidad que a pesar de sus limitados recursos y enfoques lidera y promueve la investigación científica en Colombia.

Desde hace poco más de una década Brasil ha logrado crear dos importantes sedes universitarias, una de la Universidade do Estado do Amazonas (UEA) en Tabatinga y otra de la Universidade Federal do Amazonas (UFAM) en Benjamin Constant, en la frontera con Colombia y Perú, así como también institutos y grupos de investigación. Esto ha facilitado los contactos y la cooperación académica e investigativa, que aunque a pesar de haberse incrementado en los últimos años, aun choca con la rigidez y la incompatibilidad de los sistemas, las normas y la verticalidad de las instituciones de cada nación. Cualquier convenio de cooperación académica por pequeño o específico que sea debe revisarse, tramitarse o aprobarse por las autoridades centrales de las universidades, en Bogotá o Manaus. No obstante lo anterior, se han dado algunos avances muy importantes en la cooperación académica entre las universidades brasileras y la Universidad Nacional en su sede de la Amazonia. Un estudiante colombiano está cerca de obtener el primer título de doctorado conjunto entre la U.N. y la UFAM. y, por otro lado, la revista Mundo Amazónico es, desde el año

pasado, una publicación conjunta entre estas dos universidades.

**Entrevistadores:** *Hay una tradición de los estudios de frontera en Colombia y Brasil que trabaja con los conceptos de frentes de expansión y fricciones interétnicas. ¿Cómo usted dialoga con estas ideas y cuáles son los límites heurísticos de las teorías de frente de expansión para pensar la particularidad de las zonas transfronterizas entre Estados nacionales?*

**Carlos Zárate:** Algo que hay que tener claro es que cuando hablamos de frentes de expansión, que en el caso colombiano también se asocia o se asimila a frentes de colonización, nos estamos refiriendo, por lo general, a fronteras internas, aunque en determinadas ocasiones, como se trató de mostrar en la investigación doctoral que luego se convirtió en el libro de “silvícolas” estos frentes pueden llegar a encontrarse o incluso a fundirse con las fronteras internacionales, como ha sucedido al menos en la Amazonia colombiana. El asunto puede ser más complejo de lo que se ha pensado ya que estamos hablando de la confluencia de un proceso de colonización que se inició en las dos últimas décadas del siglo XIX, al que se ha sumado de manera desacompañada, para no decir caótica, el intento de establecer la frontera de la soberanía, es decir del Estado, en un territorio no delimitado y aun en disputa, en la Amazonia. Valga decir que esto también pasaba, con distintas particularidades y condiciones en Brasil y Perú. El aumento de la complejidad por la confluencia de frentes de colonización o frentes de expansión, a los que se sumaron los intentos por parte del estado colombiano por superar la disparidad entre el territorio nacional y la capacidad del Estado para controlarlo, más el encuentro de estos frentes y fronteras con los de nuestros vecinos, demandaba una mayor complejidad también conceptual. Una frontera de expansión o de colonización interna puede ser entendida mediante el enfoque,

la comparación o la contrastación con el proceso descrito por Turner (1987 [1893]) en el caso de la frontera norteamericana, o con algunas de sus variantes nacionales. La frontera internacional involucra otros procesos, como los derivados del encuentro de sociedades, identidades y otredades nacionales o estatales, donde cobra mayor importancia el imperativo de la soberanía y la seguridad, así como el surgimiento de fenómenos transfronterizos, que son extraños, o cuando menos diferentes en grado y naturaleza, a los que se presentan en los frentes de colonización o de expansión internos.

El concepto de fricciones interétnicas, que tuve ocasión de conocer en los trabajos de antropólogos brasileiros como Roberto Cardoso de Oliveira o de Joao Pacheco de Oliveira Filho, no estoy ahora seguro, ha sido útil para explicar no solo los conflictos y los problemas que han marcado las relaciones entre los grupos amazónicos y entre estos con las sociedades mayores, que los han colocado en una condición de dominación, subordinación y exclusión. En el caso de los ámbitos fronterizos que involucran tanto los frentes de expansión internos y la frontera trasnacional, debe entenderse que lo que llamamos fricciones y conflictos interétnicos expresan mayor complejidad y al mismo tiempo mayor singularidad. Una de las maneras de entender las fricciones interétnicas creo que inevitablemente hace y debe hacer referencia al trabajo de Fredrik Barth (1976) sobre grupos étnicos y sus fronteras, que también tiene validez para entender el medio fronterizo en un sentido más amplio. En todo caso, no hay que perder de vista que, como se ha planteado para la frontera trasnacional, una de sus propiedades o condiciones, es la de ser, entre otras cosas, un sitio de conflicto y acomodación étnica.

**Entrevistadores:** *En la introducción del libro “Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia”, hay una preocupa-*

*ción en relación a las barreras institucionales y nacionales de hacer académico en las investigaciones de frontera, una vez que “seguimos acostumbrados a pensar en términos nacionales y por eso la grande mayoría de los estudios que se realizan en las fronteras no se atreven a trasponer los muros, o como dicen algunos, a ‘cruzar’ los límites de los contenedores nacionales” (p. 13). ¿Cuál es el efecto de este nacionalismo metodológico en los estudios de frontera y cómo es posible avanzar hacia una mirada transfronteriza?*

**Carlos Zárate:** Con ánimo de discusión pero también de aclaración académica, yo creo que hasta el presente, con muy pocas excepciones, esta especie de ‘nacionalismo metodológico’ sigue prevaleciendo no solo en las políticas públicas, sino también en los estudios e investigaciones académicas de las universidades. Esto sucede por lo menos en la mayor parte de los estudios que se relacionan con la frontera amazónica, donde es muy extraño ver investigaciones que se atrevan a pasar las líneas limítrofes nacionales, para ubicarse en ámbitos o escalas transfronterizos. Sin embargo, esto puede tener varias interpretaciones y deberíamos ser cuidadosos antes de asociar esta situación a posturas o dimensiones ideológicas que yo creo ajenas a los académicos, para citar un caso, que estudian las fronteras brasileras. En otras palabras, la dificultad para atravesar la frontera no obedece a deliberadas intenciones de resaltar la nacionalidad brasileras o cosas por el estilo, sino a una de las consecuencias de la compartimentación de la academia y el sistema educativo, como resultado igualmente de la prevalencia de los regímenes fronterizos y nacionales. Si pensamos en términos geopolíticos puramente especulativos y desde cierto ángulo ideológico, uno no se explicaría porque siendo Brasil una potencia con ambiciones de posicionamiento regional, se ha preocupado tan poco por conocer, o eso suponemos, lo que sucede al otro lado de

su línea de frontera nacional.

El conocimiento de nuestra realidad transfronteriza amazónica, no solo por parte de Brasil, todavía está en sus comienzos. No solo se trata de impedimentos o barreras institucionales relacionadas con los Estados-nación y las tradiciones académicas que les son propias, sino a veces con nuestra incapacidad de ver las múltiples manifestaciones de lo transfronterizo dentro de nuestro propio espacio nacional, sin preocuparnos demasiado por “pasar” la frontera. También son fronteras mentales que se han impuesto, mantienen y explican la inercia de nuestras tradiciones académicas.

**Entrevistadores:** *En “Silvícolas, sirinqueros y agentes estatales”, usted también afirma que “la frontera amazónica tiene dos referentes obligados de carácter ambiental que constituyen el substrato de la reproducción biológica, la movilidad espacial y de las mismas relaciones sociales de los agentes fronterizos: estos son la selva y el río Amazonas” (p. 66) ¿Cuál es el lugar que ocupan las dinámicas ecológicas en los estudios amazónicos? ¿Para usted, lo que significa la región amazónica desde una mirada de las Ciencias Sociales?*

**Carlos Zárate:** Como las veo, estas son preguntas que se refieren a dos realidades y dos universos distintos o presentados como distintos, que predominan en la interpretación de la región amazónica como son las “dinámicas ecológicas” que abordan las Ciencias Naturales por una parte y la realidad humana y social, que son analizadas desde las Ciencias Sociales por la otra. Sin embargo, en la referencia al libro de “silvícolas...” Se puede ver que esa distinción no existe. En todo caso, solo para precisar, sabemos que la mayor parte de los acercamientos al conocimiento de la Amazonia se continúan haciendo desde disciplinas particulares y a lo más desde estas dos grandes tradiciones académicas y científicas, sin desconocer que se han hecho muchos

esfuerzos inter y transdisciplinarios, cuya escala, impacto, alcances y posibilidades están todavía por establecer y evaluar. Cuando hablamos aquí de avances inter o transdisciplinarios hablamos primero de los hechos dentro de las disciplinas afines de las Ciencias Naturales (Ecología, Biología, Química) o por su parte entre las Ciencias Sociales (Antropología, Sociología, Geografía, Historia) antes que los intercambios y la comunicación entre ambos grupos de disciplinas que aun consideramos escasos. En este contexto, a mí me parece que hablar desde una única perspectiva disciplinar o una “mirada” por ejemplo sociológica, es cada vez más difícil, inadecuado e insuficiente, no solo por la dificultad de delimitar los aportes de cada disciplina, sino porque esos aportes solo pueden ser parciales, limitados e incompletos. Sin duda alguna, la Sociología tiene mucho que aportar a la comprensión de la Amazonia pero yo no la veo actuando sola al margen de la investigación histórica, antropológica o geográfica. La región es tan grande y compleja que un esfuerzo disciplinar para abordarla, por importante que sea, corre el riesgo de desvanecerse ante la dimensión de la tarea.

**Entrevistadores:** *En la misma obra, usted reflexiona sobre la problemática de la identidad, afirmando que hará “uso amplio del concepto de identidad sin entrar en mayores distinciones como otros términos que se refieren a la asociación con el territorio entendido como el espacio de reproducción biológica, social y simbólica de un grupo humano, tales como identificación colectiva, autoidentificación, sentido de pertenencia, adscripción, autorrepresentación o incluso conciencia” (p. 255). ¿Cómo usted piensa la trama de las identidades nacionales y étnicas y cómo estas se tensionan delante de los tránsitos transfronterizos y de las migraciones entre Brasil, Perú y Colombia?*

**Carlos Zárate:** Sabemos que el concepto de identidad como lo

que pretende denotar, es importante para la ciencia social hoy pero, al mismo tiempo, su uso no deja de ser problemático y limitado. Esto por el mismo carácter complejo, cambiante, elástico, difuso y casi siempre inasible de la que podríamos llamar realidad de la identidad misma. Seguramente no es muy difícil hablar de identidad nacional o de identidad étnica en términos generales y básicos. El problema empieza cuando intentamos definir y explicar el surgimiento o los cambios identitarios en contextos complejos como los de las fronteras donde apenas alcanzamos a suponer y a constatar la existencia de una trama o “cruce de identidades” como nos recuerda el título de un artículo de Jean Pierre Goulard.

En el caso de la triple frontera entre Brasil, Colombia y Perú, se ha mencionado la existencia de una tal identidad Bracope. Sin embargo, muy poco sabemos de cuales son exacta y explícitamente los elementos y el tipo de relaciones que constituyen esa identidad, el proceso de su surgimiento, los ámbitos sociales y espaciales que la delimitan, además de sus transformaciones, impacto e importancia. En el año 2017 el Grupo de Estudios Transfronterizos publicó el “Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia”. Allí se pueden ver algunos de los rasgos, flujos y procesos que constituyen lo que llamamos actualmente como el espacio transfronterizo de Brasil, Colombia y Perú. Igualmente, varios autores, principalmente antropólogos como Claudia López, Jean Pierre Goulard, Jean Pierre Chaumeil<sup>9</sup> y más recientemente Daniel Unigarro<sup>10</sup>, entre otros han hecho investigación y publicado trabajos que tratan sobre identidades étnicas en y a través de esta frontera, sin embargo, a pesar de estos importantes avances, no tenemos una investigación detallada y relativamente concluyente so-

---

9. A modo indicativo, se incluye una referencia de estos autores al final ya que su producción es extensa.

10. Ver referencias al final.



bre el surgimiento y la transformación de identidades transfronterizas, más allá de las puramente étnicas.

**Entrevistadores:** *En su texto “Políticas ambientales y recursos naturales en las fronteras nacionales amazónicas”, escrito en parecida con María Trujillo, ustedes abordan las consecuencias de una débil institucionalidad ambiental y las divergencias entre legislaciones nacionales que contribuyen para la informalidad e ilegalidad en las relaciones transfronterizas. ¿Usted imagina formas de cooperación política transfronterizas que pueden superar las actuales dificultades de integración en diferentes niveles administrativos entre los tres países?*

**Carlos Zárate:** Bueno, ese artículo estaba orientado a mostrar cómo se organizaba la extracción de madera a través de la frontera entre Brasil, Colombia y Perú y como las políticas ambientales, su incompatibilidad o su ausencia, están en la base de la actividad extractiva maderera y alimentan tanto la informalidad como aquello que se denomina de manera inadecuada y simplista como ilegalidad. En el mismo libro que se mencionó en la respuesta a la pregunta anterior y cuyo subtítulo es: la posibilidad de la integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú, se muestra cuáles son algunas de las premisas que permitirían establecer una política ambiental fronteriza compartida. Como se puede ver allí, la compatibilización de políticas ambientales en la frontera es una posibilidad que ni siquiera significa cambios profundos en las estructuras jurídicas nacionales, ni en el modelo económico profundamente depredador que comparten las elites dominantes de nuestros países. La inercia e inacción en que continúa sumido el proceso de integración fronteriza en los últimos años muestra el poco peso e importancia de corregir esta situación y la continuidad de la marginalidad social y económica de la

región y la frontera, a pesar de los grandilocuentes anuncios mediáticos del presidente Colombiano lanzados en su última visita a Leticia en los primeros días de abril, cuando prometió que “ahora sí” se iba a defender y preservar la Amazonia.

**Entrevistadores:** *La región de la triple frontera entre Brasil, Perú y Colombia es bastante diversa y heterogénea en términos étnicos y culturales, siendo posible ser pensada como una compleja zona de contacto intercultural. No se trata simplemente de frontera cultural entre tres naciones, pero de fronteras múltiples entre grupos indígenas, inmigrantes de diferentes orígenes y otras poblaciones locales. ¿Cómo usted observa esa diversidad en la frontera y cuál el lugar de los pueblos indígenas, como los Ticuna por ejemplo, en estas dinámicas transfronterizas?*

**Carlos Zárate:** A pesar de las transformaciones urbanas de las últimas décadas, la población indígena asentada en el espacio transfronterizo de estos países continua teniendo un peso y una presencia determinante en términos puramente demográficos. Estamos hablando no solo de la población Ticuna, Uitoto (murui-muina), Cocama, Yagua, Bora, Tanimuca, Matses, Matis, etc., que continúan viviendo a lado y lado de los ríos fronterizos como el Amazonas-Solimões; Putumayo-Ica y Caquetá-Japurá, sino también a los indígenas urbanos de Leticia y Tabatinga, como a todos sus parientes indígenas y mestizos. En una escala regional y fronteriza no estamos hablando entonces de minorías y no deberíamos seguir reproduciendo y refiriendo la escala nacional que los confina a su condición de absolutas minorías y los subordina o desconoce, sobre todo en los terrenos social y político.

La organización social y política de los pueblos de esta frontera refleja no solo la fragmentación ocasionada por la organización política y administrativa de los Estados-nación que la componen, cuya incom-

patibilidad ya hemos mencionado, sino también por la continuidad de tradiciones basadas en lo que esa incompatibilidad encierra. La inercia y pasividad en materia de organización política de los pueblos indígenas, como ejemplo de su posible incidencia o falta de ella en las dinámicas transfronterizas, es el precio o el resultado de la implementación, con todo y sus defectos, de las políticas lingüísticas y educativas, para no hablar de las de seguridad o soberanía, implementadas por los gobiernos en la frontera. Ejercicios de comunicación y organización transfronteriza de los indígenas de los tres países se dan constante y cotidianamente pero estos aun no logran consolidarse en fuerzas o grupos de presión capaces de incidir decisivamente en acciones y plataformas conjuntas, reivindicativas o políticas, de alcance transfronterizo. La lucha por el reconocimiento de derechos territoriales, a pesar de que es consagrada por organismos internacionales como Naciones Unidas, aun transcurre por canales de negociación principalmente nacionales como es el caso de los Ticuna y los Uitoto. Esto no implica desconocer las acciones de organizaciones que buscan romper o transpasar estos cercos a nivel de toda la Panamazonia, como la Confederación Indígena de la Cuenca Amazónica, COICA.

**Entrevistadores:** *En la realidad de la región transfronteriza se superponen diversos procesos sociales, económicos y políticos que atraviesan y trascienden la vida local. ¿Cómo pensar la conexión entre local, regional, nacional y global en el análisis de la sociedad transfronteriza amazónica en un contexto de globalización?*

**Carlos Zárate:** Los fenómenos fronterizos y transfronterizos, no solo de la Amazonia sino del mundo actual son materia permanente de información en los medios de comunicación y redes sociales, pero también en los espacios académicos de discusión en foros, seminarios, cursos y proyectos que han venido incrementándose de manera

geométrica y reticular en los últimos años, alcanzando niveles difíciles de establecer pero también de coordinar y sintetizar. Un ejemplo de esto, valga la cuña<sup>11</sup> brindada por esta entrevista, es el curso que organiza el Grupo de Estudios Transfronterizos para el segundo semestre de 2018 bajo la modalidad de cátedra del Instituto Amazónico de Investigaciones, IMANI, que lleva por título: *Encuentros entre la Amazonia, América y Europa: fronteras sin muros y sin hegemonías*.

**Entrevistadores:** *¿Cuáles son las lagunas que usted identifica en los estudios de esta triple frontera amazónica y cuál la agenda de investigación que propone para ampliar el conocimiento sobre esa región?*

**Carlos Zárate:** Yo he escuchado comentarios de amigos y colegas que dicen que esta triple frontera no solo es de las más estudiadas sino que incluso, está sobre diagnosticada. Seguramente que estos comentarios no carecen de fundamento si comparamos las investigaciones, publicaciones y proyectos que se han adelantado aquí en relación con los que se han hecho en otras triples fronteras de la Amazonia, América y Europa e incluso dentro de nuestros propios países. Con todo y eso, aun corremos el riesgo de equivocarnos porque debemos aceptar que no conocemos muy bien lo que se investiga y publica en y sobre otras fronteras.

Con respecto a lo segundo, arriba he señalado que las investigaciones y publicaciones sobre la realidad de esta triple frontera, por lo menos las que hemos adelantado en el IMANI o el GET hasta hace pocos años, adolecen de cierta generalidad. Esto no es necesariamente negativo porque corresponde a un proceso de introducción y consolidación de los estudios fronterizos que no ha sido fácil, lineal ni rápido y,

---

11. En español, en Colombia, “cuña” es un espacio publicitario ocasional y gratuito.

que por otro lado, refleja las vicisitudes propias del enraizamiento de la universidad pública y la investigación en la región. Por otra parte, consideramos provechoso este acercamiento general y panorámico de la frontera, como una base necesaria para identificar con mayor seguridad y certeza los vacíos en investigación fronteriza y justificar las líneas ulteriores de investigación.

Existe una gran variedad de procesos y fenómenos de pertinencia y expresión fronteriza o transfronteriza que requieren de un conocimiento y análisis detallado en asuntos relacionados con el uso y manejo de recursos naturales; la economía y el comercio; las políticas públicas sectoriales; tierras y territorios; identidades, memoria y otredades o movimientos sociales, para citar los principales. Los proyectos que actualmente se desarrollan tanto por parte del director del grupo como de estudiantes del mismo que adelantan sus investigaciones doctorales, intentan cubrir al menos parte de estos procesos.

**Entrevistadores:** *¿Cuáles los caminos usted imagina para consolidar el campo de los estudios transfronterizos y cómo desarrollar la reflexión teórica sobre la frontera desde perspectivas comparadas?*

**Carlos Zárate:** No es un secreto que para consolidar cualquier campo de investigación se requiere de un ambiente de estabilidad institucional y específicamente de la implementación de políticas estatales de ciencia y tecnología que garanticen el apoyo gubernamental y la asignación adecuada de recursos. Desafortunadamente, esta es una condición de la que carecen las universidades públicas y los institutos de investigación tanto en Colombia como en Brasil y Perú, especialmente en la actual coyuntura política latinoamericana.

En los últimos años se han elaborado proyectos y propuestas de investigación de alcance transfronterizo, en la modalidad de *parcerías* entre entidades colombianas y brasileras, pero desafortunadamente su

trámite y aprobación choca una y otra vez con la rigidez de los ordenamientos jurídicos nacionales. Otro tanto sucede con nuestros propios aparatos universitarios que continúan afectados de un centralismo y una tramitomanía que impide que cualquier convenio, por sencillo que sea, deba ser remitido y aprobado en la capital federal, o sea en Manaus para el caso de las universidades brasileras, o en Bogotá, en el caso de las llamadas sedes de frontera de la Universidad Nacional, por la parte colombiana. Lo anterior significa que la incertidumbre y la precariedad institucional serán los signos que acompañaran la actividad investigativa y académica en los próximos años. Tampoco hay que hacerse ilusiones de que los espacios fronterizos abandonen su lugar marginal y periférico en las políticas públicas de nuestros países, aun en las fronteras.

No obstante este panorama adverso, deben aprovecharse al máximo las ventajas y espacios virtuales de comunicación creados por la misma globalización; por la naturaleza relativamente autónoma que tenemos para producir conocimiento académico y de alguna manera; por la similitud del significado, sentido e importancia que asignamos a los problemas de la gente que vive en las fronteras. Insistir en las propuestas conjuntas de investigación y docencia en y a través de la frontera; elaborar proyectos conjuntos de investigación comparadas con otras fronteras; presentarlos a los editales y convocatorias internacionales y nacionales; aumentar la densidad de la cooperación mediante la realización de seminarios sobre problemas fronterizos; proponer y realizar conjuntamente cursos de posgrado o incentivar pasantías de investigación; son algunas de las actividades que deben promoverse y realizarse para consolidar el horizonte de los estudios transfronterizos.

Leticia, 16 de abril de 2018.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre la educación em un mundo líquido*. Barcelona: Espasa, 2013.

BARTH, Frederick (Comp.). *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económico, 1976.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CHAUMEIL, J. P. De Loreto a Tabatinga. D'une frontière l'autre. Antagonisme sur l'Amazonie au XIX siècle et après. *L'Homme* 122-124, (abr.-dec), XXXII (2, 3, 4), p. 355-375.

DONNAN, Hastings y WILSON, Thomas (eds). *Border identities: nation and state at international frontiers*. United States of America: Cambridge University Press, 1998.

GOULARD, J. P. Cruce de identidades: el Trapecio Amazónico Colombiano, en C. I. García (comp.), *Fronteras, territorios y metáforas*. Medellín: Ed. Hombre Nuevo: Instituto de Estudios Regionales, INER, 2003, p. 87-102.

GRIMSON, Alejandro (Org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: CICCUS, 2000.

KRAMSCH, Olivier. EU cross-border Passagenwerk. In: Hasting, Donnan, Madeleine Hurd and Caroline Leutlof Grandits (Eds). *Migrating borders and moving times: temporality and crossing borders in Europe*. Manchester: Manchester University Press, 2017. p. 25-41.

LOPEZ G., Claudia. Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de frontera del alto Amazonas-Solimões. Brasília (CEPPAC), (tesis de doctorado), 2000.

PACHECO de Oliveira F., Joao *O nosso governo. Os ticuna e o régimen tutelar*. Sao Paulo: Marco Zero, 1988.

SAHLINS, Peter. *Boundaries: the making of France and Spain in the Pyrenees*. California: University of California, 1989.

TURNER, Frederick. El significado de la frontera en la historia americana.

*Secuencia*, 7, enero-abril, 187-207, 1987 [1893].

UNIGARRO, Daniel. *Los límites de la triple frontera Amazónica: encuentros y desencuentros entre Brasil, Colombia y Perú*. Bogotá: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE-BOTÍA, Carlos Gilberto. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), 2008.

\_\_\_\_\_. La Amazonia de los cónsules: el Estado em la frontera, 1880-1930. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura*. N. 33, 2006, p. 31-60.

\_\_\_\_\_. Caucho, frontera y nación em la confluencia amazónica de Brasil, Peru y Colombia. In: GARCIA, C. I. (org.) *Fronteras, territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevo Editores-Instituto de Estudios Regionales, INER, 2003, p. 291-306. \_\_\_\_\_. Movilidad y permanencia Ticuna en la frontera amazónica colonial del siglo XVIII. *Journal de la Société des Américanistes*, vol. 84, n. 1, 1998, p. 73-98.

ZÁRATE-BOTIA, Carlos y TRUJILLO, Pilar. Políticas ambientales y recursos naturales en las fronteras nacionales amazónicas. In PALACIO, Germán (Ed.) *Ecología política de la Amazonia*. Las profusas y difusas redes de la gobernanza, Bogotá, ILSA/Ecofondo/Universidad Nacional de Colombia, sede Amazonia, 2009, p. 299-324.

ZÁRATE-BOTIA, Carlos; APONTE, Jorge y VICTORINO, Nicolás. *Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia*. La posibilidad de integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú. Leticia: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE-BÓTIA, Carlos et al. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Universidad Nacional de Colombia. Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012.